

O Economista

Luiz Carlos Bresser Pereira adquirira merecida fama por ser competente, inovador e polêmico. Nascido em 1934, trabalhou durante cerca de 20 anos, de 1963 a 1983, no Grupo Pão de Açúcar – empresa à qual continua ligado até hoje –, demonstrando grande competência. Como diretor-administrativo, junto com Abílio Diniz – dono da companhia – fez crescer aquela pequena rede de supermercados de 300 empregados para uma gigante com 45 mil funcionários. Mas nunca largara os estudos sobre economia e desenvolvimento, ao lado do seu cargo de professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Nessa instituição, desenvolveu pesquisas inovadoras sobre desenvolvimento e inflação.

Bastante influenciado por Karl Marx, nunca foi, no entanto, marxista. Polêmico, associou as coordenadas marxistas com as de outros economistas de vertente capitalista como Schumpeter e Keynes, bem como com as idéias da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Publicou diversos livros e artigos, de caráter pioneiro, versando sobre a teoria da nova dependência, sobre a teoria da tecnoburocracia – por ele elaborada – e sobre uma teoria da transição democrática no Brasil. Propôs a idéia de inflação inercial, no início dos anos 80. Com essa perspectiva teórica realizou vários trabalhos, muitos deles em parceria com Yoshiaki Nakano, que seria, mais tarde, secretário estadual da Fazenda do governo Covas, em São Paulo. Como se vê, não faltaram inovações teóricas nas suas atividades como economista. Antes de assumir a pasta ministerial da Ciência e Tecnologia, no governo FHC, ele já havia ocupado cargos públicos de peso. Foi presidente do Banespa, secretário estadual do governo Montoro, secretário estadual de C&T, por breve período, no governo Quéricia, ministro da Fazenda do presidente José Sarney e ministro de Administração Federal e Reforma do Estado do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

No Ministério da Ciência e Tecnologia realizou, de início, uma inovação que imediatamente gerou polêmica – assumiu também a presidência do CNPq. Isso porque notara a existência de competição entre este órgão e o ministério, geradora de conflitos. Por tradição, o presidente do CNPq possuía muito poder e muitas vezes colocava-se em confronto com o ministro. Com a acumulação, ele

pretendia integrar melhor os dois órgãos. Do ponto de vista operacional, implantou um sistema de rodízio com três vice-presidentes – cada um exerceria a presidência por seis meses. Desse modo, de acordo com o seu pensamento, além de uma saudável rotatividade democrática, esmaeceria o excessivo poder do máximo mandatário do CNPq. Esses atos assustaram a comunidade científica, temerosa do enfraquecimento e mesmo do desaparecimento da entidade. Ela protestou, levantando acirrada polêmica, na qual Luiz Carlos Bresser Pereira queria provar que – ao contrário – isso fortaleceria a agência. Era esperar para ver. Todavia, não teve tempo de demonstrar a sua costumeira competência nessa transição, porque, após seis meses de gestão, ele deixou o ministério.

A longa experiência de Bresser Pereira, como intelectual e administrador no setor público e na iniciativa privada, é contada por ele na seguinte entrevista, que concedeu em São Paulo no dia 25 de abril de 2001 aos professores Shozo Motoyama, Marilda Nagamini e Renato Vargas:

▪ *Gostaríamos que o senhor falasse um pouco de sua carreira.*

— Eu fiz os estudos secundários no Colégio São Luís, em São Paulo, e fui durante oito anos aluno de jesuítas. No final do colégio, passei a participar da Ação Católica, primeiro da Juventude Estudantil Católica (JEC), depois da Juventude Universitária Católica (JUC), que sofriam influência dos beneditinos e dos dominicanos, não dos jesuítas. A Ação Católica era um movimento do apostolado leigo da Igreja Católica fundado por Pio XI. Era um grupo relativamente progressista no plano político e religioso que, na França, teve como principais referências Jacques e Raïssa Maritain, Leon Blois, Emmanuel Mounier, Charles Péguy e, no Brasil, Alceu de Amoroso Lima, Gustavo Corção, André Franco Montoro. A idéia era construir uma sociedade alternativa ao capitalismo e ao socialismo, uma terceira via moral e utópica.

Minha intenção sempre foi fazer a Faculdade de Direito, já que meu pai era advogado. Foi o que fiz, mas depois de freqüentar um curso de cinema de um ano, todas as noites, em 1951, quando tinha 16 anos. O curso era oferecido pelo Museu de Arte de São Paulo (Masp), sob a direção de Marcos Margulies. Nessa mesma época, comecei como jornalista no jornal de meu pai, *O Tempo*, que circulou entre 1950 e 1955. Ocupei todos os cargos jornalísticos, começando do mais baixo: fui conferente, revisor, repórter e, afinal, redator do jornal. Associei-me, ainda com carteira de trabalho de menor de idade, ao Sindicato dos Jornalistas. Quando o jornal fechou, em dezembro de 1955, deixando meu pai endividado e a família em situação financeira muito precária, fui trabalhar na *Última Hora*, e aí permaneci por dois anos, acabando como secretário da segunda edição, que era menos importante. Tinha, então, 22 anos. Com base no meu salário, embora o jornal pagasse pouco e atrasado, pude, em junho de 1957, casar-me com Vera Cecília Motta, que namorava desde os 18 anos.

No final do ano, formei-me na Faculdade de Direito da USP, do largo de São Francisco. Desde o terceiro ano da faculdade, em meados de 1955, decidira que completaria a faculdade, mas não seria juiz de Direito, como planejara, mas economista ou sociólogo do desenvolvimento. Foi lendo, nos *Cadernos de Nosso Tem-*

po nº 4, um longo editorial não-assinado, de autoria de Hélio Jaguaribe, sobre o significado das eleições presidenciais de 1955, que decidi que seria economista ou sociólogo do desenvolvimento. O artigo apresentava uma grande e fascinante visão da industrialização e do desenvolvimento do Brasil e apoiava Juscelino Kubitschek como sucessor legítimo de Getúlio Vargas. Essa revista era publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), cujo pessoal serviria, logo depois, de base para se constituir o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) – um órgão ligado ao aparelho do Estado brasileiro.

O Iseb era um grupo nacionalista e desenvolvimentista que tinha em Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré suas principais figuras. Tive, então, também contato com as idéias da Cepal e, em especial, de Celso Furtado, que era ligado de alguma forma ao Iseb e fazia parte do governo Kubitschek. As idéias da Cepal e do Iseb sobre o Brasil eram semelhantes, embora os membros do Iseb tendessem a ser mais nacionalistas e mais de esquerda.

Desisti do jornalismo em 1957 e tornei-me publicitário porque estava novo havia cinco anos e estava na hora de me casar. Eu me casei jovem. Meu pai tinha ido à falência com o jornal *O Tempo*; meu sogro estava no mesmo caminho, com sua pequena importadora de peças para automóveis em um momento em que o setor era tomado pela substituição de importações. Como jornalista da *Última Hora*, recebia com três meses de atraso um salário miserável e saía da redação depois da meia-noite.

■ *O jornal Última Hora pertencia aos Diários Associados?*

— Não, o *Última Hora* era o jornal do Samuel Wainer – o grande jornalista ligado a Getúlio Vargas. Em São Paulo, ficava no Anhangabaú, quase debaixo do viaduto Santa Efigênia. Quando decidi sair do jornalismo e trabalhar em publicidade, estava claro para mim que era apenas um momento de transição, enquanto encontrava meios para me tornar economista ou sociólogo. Trabalhei em três agências entre 1957 e 1959 como redator: Promotion, Itapetininga e McCann-Erickson. Enquanto isso, buscava alternativas. Tentei fazer um curso de pós-graduação que a Escola de Sociologia e Política de São Paulo chegou a anunciar, mas não se concretizou. Naquele tempo não havia cursos regulares de pós-graduação no Brasil. Tentei trabalhar na Cepal, preenchi formulários, enviei currículo, mas não se interessaram. Eu me formara em Direito, mas não queria saber das profissões jurídicas, como não queria continuar a ser publicitário nem voltar a ser jornalista. Queria ser economista ou sociólogo do desenvolvimento.

■ *Como o senhor se tornou professor da Fundação Getúlio Vargas?*

— Apareceu, afinal, a oportunidade, quando soube por meu irmão mais moço, Sylvio Luiz, que a nova Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde estudava, estava abrindo concurso para professores. A escola fora fundada em 1954, para dar apoio ao esforço de industrialização do país. O sistema de constituição do corpo docente, em um país em que não havia ainda *business schools*, era o de abrir concurso para jovens com apenas o curso de graduação. O programa contava com o apoio da United States Agency for International Development (Usaid) e a participação da Michigan State University (MSU). Os candidatos aprovados ficavam no Brasil por um ano: o estágio consistia em fazer alguns cursos especiais, estudar inglês e em dar assistência à missão de professores da MSU que aqui esteve durante mais de dez anos, cada grupo de quatro professores permanecendo dois anos. Em seguida, fazíamos mestrado nos EUA, com uma bolsa da Usaid de 18 meses. Não podíamos fazer o doutorado, só o mestrado.

Inteirado das condições, percebi que aquela era a minha oportunidade de realizar meu projeto profissional e intelectual. Admitido por concurso, fiquei um ano no Brasil e depois fui para os EUA. Fiz mestrado em um ano na Michigan State University, com notas altíssimas; depois fui para Harvard, onde fiquei três meses no programa International Teachers Program; regressei no verão a Michigan, mas desta vez para a University of Michigan em Ann Arbor, para fazer um curso de pesquisa sociológica; voltei à Michigan State para, na segunda metade do verão, fazer um curso de desenvolvimento econômico integrando economia e sociologia, oferecido pelo professor da Universidade de Chicago Bert Hoselitz; finalmente, passei 15 dias na Universidade de Chicago, antes de voltar para o Brasil, esgotados os meus 18 meses.

Nos EUA estudei o mínimo de administração de empresas e o máximo de economia e sociologia. Havia liberdade de escolha e muitos cursos optativos. Isso já em 1960, 61.

Quando minha influência intelectual principal deixara de ser a Ação Católica para se tornar o Iseb, eu me havia interessado pela economia e o desenvolvimento econômico, mas também pelo surgimento de uma nova classe média, que depois eu chamaria de classe tecnoburocrática, e as relações do surgimento dessa classe com o desenvolvimento econômico e com a profissionalização das empresas.

No ano de 1959, em que fiquei auxiliando a missão americana de professores da Michigan State, escrevi meu primeiro *paper*. Todos os novos professores

deviam fazer isso, escrevendo em inglês. Meu paper denominou-se *The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil*. A idéia era a do surgimento de uma classe burocrática, uma nova classe de administradores médios no mundo, inclusive no Brasil. Chegando aos Estados Unidos enviei esse *paper* a uma revista acadêmica, que o publicou. Com ele eu começava um dos vários programas de pesquisa em que me envolvi nestes 40 anos.

▪ *O que aconteceu depois de seu retorno dos Estados Unidos?*

— Nos EUA, descobri Schumpeter e, logo que voltei, em 1962, não só escrevi um artigo sobre suas idéias (*Desenvolvimento Econômico e o Empresário*, Revista de Administração de Empresas nº 4, maio de 1962), que deve ser um dos primeiros artigos sobre Schumpeter no Brasil, mas também iniciei uma segunda pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários paulistas. Estava convencido de que os empresários industriais, assim como os técnicos, tinham um papel decisivo no desenvolvimento econômico. Por outro lado, estava interessado em entender a Revolução Industrial brasileira: se tinha sido feita por brasileiros com origem no café, como dizia o Caio Prado Jr., e era voz corrente, ou se tinha origem em imigrantes de classe média, como de fato se comprovou pela pesquisa que então realizei, com a colaboração de Zaíra Rocha Awad. Defini como meu universo as empresas com mais de cem empregados industriais em São Paulo. Na empresa, o entrevistador perguntava quem havia fundado ou desenvolvido a empresa, e esta pessoa poderia ser o próprio presidente da empresa, ou o próprio dirigente da empresa naquele momento, o pai ou o avô. Qual era a origem étnica, e toda uma série de dados sobre a situação social da família na época em que ele era jovem ou adolescente. Isso me levou à conclusão de que os empresários industriais paulistas haviam tido origem em imigrantes: apenas 15% tinham origem brasileira, e apenas 4% nas famílias do café; em compensação, 34% tinham origem italiana. Esse artigo, *Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas*, foi publicado na *Revista de Administração de Empresas* em 1964, mas foi ignorado pelos intelectuais brasileiros, que vivem nos seus guetos profissionais.

Caio Prado Jr., em 1966, publicou *A Revolução Brasileira* – um grande ensaio em que tentava explicar a derrota das esquerdas em 1964 –, no qual continuava a afirmar que os empresários brasileiros tinham origem no café. O café foi fundamental para criar mercado para a indústria e para possibilitar a transferência de poupanças para o setor industrial, mas não foram cafeicultores os empresários brasileiros.

■ *Essa pesquisa o senhor fez vinculado a alguma instituição?*

— Eu era professor de carreira da FGV de São Paulo, que tinha – e ainda tem – um Centro Nacional de Pesquisas e Publicações (CNPP), que financia os professores nas pesquisas, individualmente. Mas eu queria ser sociólogo ou economista, e precisava fazer um doutorado. A primeira tentativa foi a sociologia. Sem qualquer recomendação, com a cara e a coragem, professor de uma escola de administração que poucos conheciam, formado em Direito, com um MBA no exterior, fui falar com o professor Florestan Fernandes no final de 1961, dois meses depois de chegar dos Estados Unidos. Naquele primeiro encontro ele quase me pôs para fora quando eu disse que estava interessado em fazer doutoramento em sociologia. Era compreensível. Quem era aquele jovem professor de administração de empresas interessado em estudar a origem étnica e social dos industriais brasileiros?... Eu não tinha nenhuma relação com aquela elite intelectual que se formava na USP, nas Ciências Sociais da rua Maria Antônia, sob o comando de Florestan. Anos depois, quando voltei a encontrá-lo, já doutor pela USP, com livros publicados, Florestan tornou-se amabilíssimo, uma grande figura: é claro que jamais cobre dele aquela recepção ríspida que me dera em 1961.

Diante da recusa nas Ciências Sociais, resolvi tentar o doutorado em Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), da USP. Conheci meu orientador inicial – Antônio Delfim Netto – em um seminário da Unesco realizado em São Paulo, no início de 1962. Vieram o Kalecky, o Kaldor, o Allain e o Tinbergen, quatro grandes economistas. Quem coordenava o seminário aqui no Brasil eram o Delfim e o Ruy Leme. Delfim era na época um jovem e brilhante economista, que usava teoria econômica neoclássica, keynesiana e cepalina com grande liberdade e pragmatismo. Participei ativamente daquele seminário e, no final, solicitei que me aceitasse no programa de doutorado. Ele foi meu orientador até 1964, quando entrou para a política, ao se tornar secretário da Fazenda de São Paulo.

Para o doutoramento era então necessário ser aprovado em duas disciplinas subsidiárias. Parecia fácil, mas era uma enorme dificuldade conseguir aprovação nessas disciplinas. Os professores não queriam mais doutores para concorrer com eles. Foi uma dificuldade conseguir que Delfim me desse a nota na sua disciplina de desenvolvimento econômico. Entre 1962 e 1964 participei semanalmente de seus seminários, fiz um exame, mas, afinal, a nota quase saiu à força. Eu era um estranho na FEA, e não havia interesse em que eu me doutorasse antes do pessoal interno. Na outra disciplina subsidiária que escolhi, mi-

croeconomia, com o Dorival Teixeira Vieira, foi um pouco mais fácil obter a nota. Em 1965 conseguiu os requisitos para apresentar a tese. Pedi a Diva Benevides Pinho, uma economista interessada em cooperativas, que substituísse Delfim. Ela foi amável e interferiu no meu trabalho.

Minha tese de doutoramento foi baseada em uma segunda pesquisa que realizei, semelhante à primeira, mas que tinha como universo os dirigentes de empresas, em vez dos empresários, e buscava também informações sobre a sua carreira na empresa. Conteí com a assistência de Henrique Rattner, que então dirigia o CNPP. Chama-se *Mobilidade e Carreira dos Dirigentes das Empresas Paulistas*, sendo, na verdade, uma tese de sociologia, embora defendida na FEA. Está centrada nas classes sociais, na mobilidade social e na profissionalização dos dirigentes de empresas. Eu a apresentei na FEA, em 1972, e me tornei assim doutor em Economia. Em 1974 a tese foi publicada sob a forma de livro, com o nome de *Empresários e Administradores no Brasil*. Obtive o doutorado na USP, mas continuei minha carreira na FGV.

Foi mais ou menos nessa época que comecei a escrever um ensaio que se transformou em livro e que, afinal, decidi apresentar como tese de livre-docência, em 1984, na FEA. Esse, sim, era um livro de pura teoria econômica – *Lucro, Acumulação e Crise*. Passei 12 a 13 anos fazendo e refazendo esse trabalho, que é o modelo clássico de desenvolvimento com a distribuição de renda invertida: em vez de os lucros, são os salários o resíduo. Parti de uma crítica à teoria de Marx da tendência declinante da taxa de lucro. Marx deu uma imensa contribuição para o pensamento humano, mas a previsão dele de que a taxa de juro iria cair havia falhado, e queria saber o porquê. Apresentei esse trabalho como tese de livre-docência em Economia na USP em 1984. Tenho um grande orgulho dele, porque creio que nele há uma contribuição efetiva e muito geral à teoria do desenvolvimento econômico.

Entre meados de 1963 e o início de 1983 eu havia dividido o meu tempo entre a FGV, e o trabalho acadêmico nela envolvido, e a empresa de supermercados Pão de Açúcar. Desde 1965 fui diretor administrativo da empresa, segundo apenas em relação a Abílio Diniz – um grande empresário. Quando entrei para a empresa, esta tinha cerca de 300 empregados, e estava inaugurando sua segunda loja de supermercados; quando saí, para ser presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), em 1983, no governo Franco Montoro, ela tinha 45 mil empregados, e era a maior empresa de varejo do Brasil.

- Qual a estratégia que os senhores adotaram para o Pão de Açúcar crescer tanto?

— Existe lá um extraordinário empresário que é o Abílio Diniz. Um homem de muita coragem e capacidade de tomar decisões. O pai, Valentim dos Santos Diniz, fundara a empresa, mas transferiu a autoridade para o filho mais velho. Havia uma oportunidade, porque aquele setor de supermercados estava começando no Brasil. Acho que nós fizemos uma dupla muito boa, complementar, porque eu tinha conhecimentos técnicos, capacidade de organização, talvez um pouco de visão estratégica. Ajudei a construir a organização e os sistemas de controle, ele tomava as decisões e fazia as negociações de expansão. Seu pai e ele eram os donos – eu nunca tive ações do Pão de Açúcar –, mas ele sempre diz que fui a pessoa que mais o ajudou naqueles 20 anos. Fomos nós que fizemos a empresa, ele e eu, nesta ordem correta. Depois que saí do Ministério da Fazenda voltei a trabalhar meio período na empresa, até o final de 1993, ajudando Abílio a enfrentar a crise financeira e familiar que então explodiu ao mesmo tempo. Voltei mais uma vez ao governo, com Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1999. De volta à vida privada, continuo ligado ao grupo porque sou membro do seu conselho de administração e amigo dos Diniz. Agora, porém, dedico à empresa apenas uma manhã por semana; o restante do tempo é dedicado à vida acadêmica, na FGV, e, a partir do segundo semestre deste ano de 2001, também na USP: vou dar um curso de Teoria da Democracia Moderna no curso de pós-graduação do Departamento de Ciência Política, enquanto continuo a ensinar economia (desenvolvimento econômico, principalmente) e interpretações do Brasil na FGV.

▪ *Quando o senhor entrou para a política?*

— Quando fui convidado pelo Franco Montoro para ser presidente do Banespa. Nunca me tornei um verdadeiro político, porque nunca me candidatei a nada. Sempre achei que o compromisso fundamental comigo mesmo era acadêmico. Também não era empresarial, tanto assim que resisti brava, se não violentamente, a todas as pressões que foram feitas nos anos 60 e 70 para que largasse a academia e me dedicasse em tempo integral ao Pão de Açúcar. E não foram poucas, porque imagine o assédio, com a empresa crescendo daquele jeito. Sempre entrei para a política como convidado, encarregado de realizar uma missão. No dia em que me candidatasse, me tornaria um profissional da política, e aí acabaria minha vida acadêmica.

Fui presidente do Banespa durante dois anos, e, nos dois anos seguintes, secretário de Governo e chefe da Casa Civil de Montoro. Foi uma experiência maravilhosa. Montoro era um grande chefe e um grande líder político democráti-

co, e teve um papel decisivo na campanha das “Diretas Já”, que levou ao fim do regime autoritário.

Terminado o governo Montoro, após 40 dias como secretário da Ciência e Tecnologia de São Paulo no governo Quécia, fui convidado pelo presidente José Sarney para ser ministro da Fazenda. Era um momento de absoluta crise no país: abril de 1987, logo após o colapso do Plano Cruzado. O Brasil estava em moratória da dívida externa, com suas reservas desaparecendo, inflação explodindo, empresas, Estados e municípios quebrados, porque, diante do grande e artificial aumento de receita proporcionado pelo Plano Cruzado, haviam assumido grandes compromissos. Com a violenta retração ocorrida no início de 1987, suas receitas retraíram-se violentamente, e a crise generalizou-se. Consegui contornar a crise e devolver o país a uma relativa normalidade, mas não tive o apoio necessário para fazer o necessário ajuste fiscal; em dezembro daquele ano, pedi demissão.

■ *O que o senhor fez no plano acadêmico nos anos 70?*

— Nos anos 70, além de trabalhar em minha tese de livre-docência, envolvi-me em três programas de pesquisa, ou em três novas “aventuras intelectuais”, como eu gosto de dizer: participei da elaboração da teoria da nova dependência, elaborei a teoria da tecnoburocracia e desenvolvi uma teoria da transição democrática no Brasil.

A teoria da dependência ou da nova dependência é mais conhecida pelo livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto *Dependência e Estagnação na América Latina* (1969). Meu primeiro trabalho em relação ao assunto é de dezembro de 1960. Não foi um trabalho acadêmico, foi uma carta a um amigo brasileiro, enquanto eu estudava nos EUA, explicando por que o modelo que o Iseb defendia de uma aliança entre os empresários, técnicos e trabalhadores de esquerda contra o imperialismo e os latifundiários primário-exportadores, que também era a idéia do Partido Comunista e um pouco a idéia da Cepal, estava superado. Fora um pacto político que o Getúlio montou nos 30 anos em que dominou a política brasileira, entre 1930 e 1960. Vargas foi o grande estadista brasileiro do século XX. Suicidou-se em 1954, mas continuou dominando por intermédio de Juscelino Kubitschek. Mas esse modelo político entrara em colapso com a eleição do Jânio Quadros. Uma série de fatos históricos novos, que identifiquei nessa carta, o tornaram superado. A carta, onde já há um início de formulação da teoria da nova dependência, está hoje disponibilizada em meu site na Internet. Em 1963, publiquei um artigo na *RAE* [*Revista de Administra-*

ção de Empresas], *O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira*, em que coloquei os empresários no centro dessa análise. Em seguida, mandei um artigo mais geral sobre o mesmo tema para a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que era uma grande revista publicada pela Universidade de Minas Gerais. Nesse artigo, analisando a crise política e a radicalização em curso, eu quase previa o golpe militar. Esta revista foi fechada em 1964 pelos militares, e o artigo, embora aprovado, não foi publicado. Em 1968, publiquei meu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Seu capítulo 3 é a reprodução desse artigo.

Os três pares de fatos novos que haviam viabilizado o pacto político populista – a crise do setor cafeeiro exportador e a consolidação da industrialização brasileira, a Revolução de Cuba e o aumento da atividade sindical e a entrada em massa de empresas multinacionais na indústria, ao mesmo tempo que a indústria nacional era protegida por uma Lei de Tarifas (1958) – liquidaram com o pacto populista e exigiam uma nova visão para o desenvolvimento do Brasil.

Dois anos depois desse livro, publiquei na revista *Visão* um outro artigo que trata de um dos problemas centrais da teoria da nova dependência. Denominei-o *Concentração de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira*, mas a revista o publicou com o título *Dividir ou Multiplicar?*. É um trabalho longo, em que criticava o livro recém-publicado de Celso Furtado, *Um Projeto para o Brasil*, e mostrava como o desenvolvimento, infelizmente, estava sendo retomado graças à concentração de renda, e não à sua distribuição, como o grande economista propunha. É a mesma idéia que está esboçada no livro de Cardoso e Faletto, e que também José Serra e Maria da Conceição Tavares acabariam expondo em um artigo de 1971, escrito no Chile, *Além da Estagnação*. Nos anos 70 analiso o novo modelo concentrador de renda em *O Novo Modelo de Desenvolvimento* (1972), e escrevo, entre 1973 e 1976, um livro inteiro sobre o tema, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977). Esses trabalhos me fazem julgar que fui, juntamente com outros intelectuais como Fernando Henrique, Faletto, José Serra, Maria da Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro, na formulação do que chamamos de teoria da nova dependência, um dos autores da interpretação da nova dependência.

Minha segunda grande aventura intelectual dos anos 70 foi a teoria da classe tecnoburocrática, que não dizia respeito especificamente ao Brasil, embora o regime militar fosse fonte de inspiração. Em 1972, publiquei, no livro *Tecnoburocracia e Contestação*, o ensaio *A Emergência da Tecnoburocracia*. Publiquei também nesse livro dois ensaios escritos no final dos anos 60, que foram *A Revolução Política Estudantil* e *A Revolução Política na Igreja Católica* – este talvez o primeiro ensaio escrito na América Latina sobre a transformação política por

que passou a Igreja Católica depois do Concílio Vaticano II. Quando discuti *A Emergência da Tecnoburocracia* em um seminário no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do qual fui membro fundador, lembro-me de Chico de Oliveira ter-me dito: “Mas, se há uma classe social nova, deve haver um modo de produção correspondente”. Minha resposta, em 1977, foram as *Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção*. Esses dois ensaios, mais a reprodução do acalorado debate que travei sobre o tema com marxistas que se julgavam ortodoxos – eu nunca o fui, usava conceitos marxistas para chegar a conclusões diferentes, dados os fatos históricos novos – e mais um ensaio sobre minha visita, em 1979, à China e à União Soviética, onde o modo estatal de produção era dominante, foram reunidos no livro *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

Minha terceira aventura intelectual dos anos 70 foi a teoria sobre a transição democrática que ocorreria no país. Em 1978, publiquei o livro *O Colapso de uma Aliança de Classes*. Nesse trabalho estava baseado em uma série de pressupostos teóricos sobre as relações entre a Revolução Capitalista e a emergência da democracia como regime político dominante nos países capitalistas avançados. Especificamente, continha uma teoria sobre a transição democrática que começava a ocorrer no Brasil e que só se consumaria no final de 1984. O livro era constituído de artigos publicados na *Folha de S. Paulo* a partir, especificamente, do Pacote de Abril, um conjunto de medidas autoritárias decretadas em 1977 pelo presidente Geisel. Depois de algum tempo estava escrevendo artigos especialmente para o livro, que afinal logrou desenvolver uma teoria integrada da transição bem antes que esta ocorresse. Eu analisava os fatos novos que haviam levado a classe empresarial, especialmente a burguesia industrial, a começar a romper sua aliança com a burocracia militar. Eu creio que esse é meu livro mais citado no exterior, ainda que exista apenas em português. Continuo tendo um grande orgulho dessa teoria, que apresenta uma versão diferente daquela presente no livro organizado por Guillermo O'Donnell, Philippe Schmitter e Laurence Whitehead, *Transitions from Authoritarian Rule* (Baltimore, The John Hopkins University Press, 1986), que se tornou o marco das teorias sobre transição democrática nos países em desenvolvimento.

Creio que a orientação geral desse livro é equivocada. Eles explicavam a transição democrática como uma luta entre os *hardliners* e os *softliners*, entre os duros e os moles dentro do sistema militar. Ora, em última análise isso importa em explicar a transição como uma doação dos militares democráticos do tipo Geisel. Ora, Geisel de democrático não tinha nada. Ele e o Golbery apenas foram mais inteligentes que outros seus colegas de farda porque perceberam que

as pressões da sociedade os obrigariam a ceder o poder. Em função dessa análise, eles iniciaram, em 1974, o processo de “distensão”, que foi abandonado em 1977 e retomado em seguida com o nome de “abertura”. Na verdade, era uma forma de postergar ao máximo o processo de transição democrática. Defendo uma transição democrática que tem base não nos próprios militares, mas na mudança de posição da burguesia, em *O Colapso de uma Aliança de Classes*, e em uma série de *papers* que mais tarde reuni no livro de 1985, *Pactos Políticos*.

▪ *Esses seus trabalhos são realizações de um grupo de trabalho na FGV?*

— Eu sempre procurei estudar com alguém, além de participar de um debate mais amplo no meu departamento e na área das ciências sociais. Quando voltei dos EUA, em 1962, inicialmente estudava e realizei pesquisa com Zaíra Rocha Awad, uma colega de FGV que havia feito comigo o mestrado na Michigan State. Ela se casou, foi para o exterior e depois para Ribeirão Preto. Para a pesquisa de minha tese de doutorado, dois colegas, Henrique Rattner e Orlando Figueiredo, foram importantes. Depois do doutorado, em 1972, passei alguns anos estudando teoria econômica com um ex-aluno, professor da FGV, Dênis Cintra Leite. Quando outro ex-aluno meu, e também professor de Economia da FGV, Yoshiaki Nakano, retornou dos seus estudos de doutorado nos EUA, por volta de 1975, estudamos por muitos anos teoria econômica, principalmente teoria marxista. Nakano conhecia bem os debates recentes, e nossos estudos comuns foram importantes para eu poder escrever minha tese de livre-docência. Nós liamos juntos os clássicos. A partir de 1980, dada a crise em que entra o Brasil, deixei os meus estudos e preocupações com desenvolvimento econômico e com a industrialização brasileira, e, sempre junto com o Nakano, voltamos para os problemas teóricos da inflação, da estabilização de preços e do balanço de pagamentos. Havia um problema a ser resolvido naquele momento, e, no meu entendimento, as idéias existem para resolver problemas.

▪ *Como é sua forma de estudar?*

— Minha forma de estudar é preparando e dando aulas. Nunca parei de dar aulas. A rigor, só interrompi minha atividade como professor por um ano, em 1987, quando fui ministro da Fazenda. Em 1977, havia deixado de dar aula na FGV, mas para dar aulas na França: fui professor-visitante no Institut pour le Développement Économique et Social (Iedes) da Sorbonne (Paris 1). Enquanto fui presidente do Banespa, secretário de Governo, continuei dando aulas – claro que uma carga

reduzida. Entre 1988 e 1994 voltei para a vida privada e para as aulas na FGV. Quando voltei para o governo, como ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e como Ministro da Ciência e Tecnologia (1999), continuei ensinando, ainda que com uma carga bem reduzida, auxiliado por José Márcio Rego.

Em 1980, comecei a desenvolver a teoria da inflação inercial. Escrevi um *paper* em que fazia um primeiro ensaio de teoria sobre o assunto, *A Inflação no Capitalismo de Estado e a Experiência Brasileira Recente* (*Revista de Economia Política*, abril de 1981). Esse *paper* foi publicado no segundo número que Nakano e eu criamos, a *Revista de Economia Política*. Para isso fundamos o Centro de Economia Política, cuja única missão seria – e continua sendo – publicar essa revista acadêmica, que hoje é bilíngüe e tem um segundo nome, *Brazilian Journal of Political Economy*. É um dos *journals* mais importantes que existem no Brasil, os artigos são avaliados por pares, está indexado no *Journal of Economic Literature*, e quem publica nele consegue pontuação máxima na Capes e no CNPq.

Depois daquele primeiro artigo sobre a inflação brasileira, em que a idéia da inflação inercial já estava claramente esboçada, passei a trabalhar com o Nakano sobre o tema. Escrevemos entre 1982 e 1984 vários *papers*, dos quais são centrais sobre a teoria da inflação inercial *Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação* (1983) e *Política Administrativa de Controle da Inflação* (1984). Todos os artigos foram reunidos no livro, publicado ainda em 1984, *Inflação e Recessão*. Nossos *papers* constituíram a contribuição paulista para a teoria da inflação inercial. A contribuição carioca veio de Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha, Chico Lopes e Eduardo Modiano, além, naturalmente, de Mário Henrique Simonsen, que foi o pioneiro dessa teoria no Brasil, quando a esboçou em um pequeno livro de 1970. Essa foi uma das poucas contribuições significativas que os brasileiros fizeram à teoria econômica. Para mim, é patético ver nossos alunos citarem autores estrangeiros, com trabalhos posteriores, para explicar a teoria da inflação inercial. É o nosso complexo de inferioridade intelectual. Essa foi uma grande aventura intelectual e um comprometimento político que durou de 1980 até 1994. Nesse ano, afinal, essa teoria heterodoxa, que exigia a neutralização da inércia para se conseguir a estabilização de preços, foi empregada de forma original e com êxito pelo Pêrsio Arida e o André Lara Resende no Plano Real.

■ *Como foi sua passagem pelo Ministério da Fazenda?*

— No Ministério da Fazenda, apliquei a teoria da inércia no Plano Bresser, mas os preços relativos estavam muito desequilibrados, e a neutralização da inércia era, por definição, incompleta. Pretendia realizar um novo plano, mas, como não

consegui fazer o ajuste fiscal que considerava essencial, pedi demissão. Deixei, entretanto, a economia em uma situação muito melhor do que aquela em que a encontrei. O caos provocado pelo colapso do Plano Cruzado havia sido superado.

No Ministério da Fazenda, tive a oportunidade de desenvolver uma outra grande política, que afinal se tornou vitoriosa: a política de securitização da dívida externa com desconto. Tive a ajuda de um grande amigo desde os tempos de Ação Católica e notável banqueiro, Fernão Bracher, que havia sido presidente do Banco Central e foi meu negociador da dívida externa. Sou padrinho do filho mais velho dele e ele é padrinho de minha filha mais velha. Para encontrar uma solução para o problema, consultei muitas pessoas, banqueiros nacionais e estrangeiros, economistas, empresários. Como fruto desta consulta propus ao Tesouro americano, no início de setembro de 1987, a securitização da dívida brasileira com desconto e a relativa desvinculação das nossas negociações com o FMI das negociações com os bancos comerciais.

Eu obtive o acordo do secretário do Tesouro americano, James Baker, em reunião privada, e depois em reunião com os respectivos assessores, mas, em seguida, dada a opinião de seus assessores de que havia cedido demais, enviou para a imprensa uma nota dizendo apenas que a proposta do Brasil era um *nonstarter*. Foi uma coisa muito desagradável, especialmente em vista da subordinação ideológica que temos em relação aos Estados Unidos. Duas semanas depois, entretanto, começava a reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Washington. Nessa reunião todas as atenções eram para minha proposta, apesar do *nonstarter* do Baker. E ano e meio depois o Plano Brady veio a instaurar a fórmula de solução para a dívida externa que eu havia proposto: a securitização da dívida com desconto e a desvinculação relativa. Foi uma aventura intelectual e política que deu certo. A tentativa de estabilização que ficou conhecida como Plano Bresser não deu certo. Não havia apoio político suficiente. Mas me orgulho de ter sido o primeiro economista estruturalista – porque me autodefino como economista estruturalista ou neo-estruturalista, de origem cepalina, com influências marxistas e keynesianas – que, no governo, declarou que era necessário fazer o ajuste fiscal e abrir a economia. O Brasil enfrentava então novas realidades, que exigiam novas soluções.

Foi nas vésperas de me tornar ministro da Fazenda que comecei a desenvolver a teoria da crise da dívida fiscal do Estado, que iria servir de base para o plano de controle macroeconômico que fizemos no Ministério da Fazenda. Além de uma crise óbvia da dívida externa, havia uma crise do Estado brasileiro, que precisava ser reformado e recuperado. A poupança pública, que era positiva nos anos 70, tornara-se negativa. Eram idéias novas em 1987. Continuei a

trabalhar nelas por algum tempo depois que saí do ministério. Foi a base de meu trabalho com Adam Przeworski, que é um grande cientista político americano, e outro cientista político espanhol, José María Maravall. A convite de Adam participei com ele e José María de um projeto de pesquisa que resultou na Aula Magna na Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), em dezembro de 1990, *A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal?*, e na publicação, pela Cambridge University Press, do livro *Economic Reforms in New Democracies* (1993).

■ *E no Ministério da Administração, o senhor desenvolveu também novas idéias?*

— Minha penúltima aventura intelectual aconteceu quando o presidente Fernando Henrique Cardoso me convidou para ministro da Administração Federal e Reforma do Estado. Eu propus – e isso não estava na agenda do país – uma reforma administrativa gerencial. O objetivo era a reconstrução do Estado, no plano fiscal e administrativo, por meio da administração gerencial, e a redefinição das funções do Estado. Nos termos da reforma proposta, o Estado mantém seus compromissos sociais integralmente, mas deixa de realizá-los diretamente: em vez disso, financia instituições sem fins lucrativos para a realização desses serviços: escolas, universidades, hospitais. Pode e deve financiá-los integralmente se se tratar, por exemplo, de escolas dedicadas ao ensino fundamental e médio. Segundo essa idéia, se fosse aplicada à USP, seus novos professores não seriam mais funcionários públicos, como acontece nas universidades públicas nos EUA e na Inglaterra. Os serviços seriam competitivos entre si, mas o Estado os financiaria. Nada de privatização, absolutamente. Essas idéias e uma série de outras relacionadas com a nova gestão pública e a reforma do Estado me deram projeção internacional. Fiquei conhecido não só em toda a América Latina, mas também nos EUA e na Europa, nos meios dedicados à administração pública. Em maio próximo, por exemplo, fui convidado para fazer uma conferência magistral sobre o tema em Ottawa. Vou falar sobre o novo Estado e a nova gestão pública: liberal, social e republicana.

Aliás, desde o início dos anos 90 venho falando da necessidade de uma orientação política ou uma ideologia “social-liberal” ou “socialista liberal”. Passou, então, a acontecer a mesma coisa que ocorreu no começo dos anos 80, quando comecei a falar que o Brasil precisava ter um partido social-democrata: meus amigos de esquerda diziam: “Não diga isso, Luiz Carlos, social-democracia é reformismo.” Quando comecei a falar em social-liberalismo, baseado no Norberto Bobbio e em um socialista também italiano, Carlo Rosselli, que morreu as-

sassinado pelo Mussolini, o mesmo conselho foi dado: “Luiz Carlos, não fale em social-liberalismo, porque liberalismo é inaceitável para a esquerda”. Não concordo. Socialistas e liberais se combatem desde o século XIX, mas foi o liberalismo que trouxe a garantia dos direitos civis, como foi o socialismo democrático que permitiu a afirmação dos direitos sociais.

Desde 1990, venho estudando teoria política. Inicialmente, estudei Norberto Bobbio. Depois ampliei, incluí Habermas, Rawls e Walzer. Neste ano, em que vou dar pela primeira vez um curso de teoria política na pós-graduação em Ciência Política da USP (Teoria da Democracia Moderna), estou estudando intensamente o tema, principalmente autores americanos. Em 1997, como parte de minha argumentação a favor da reforma do Estado, escrevi um *paper* de teoria política, *Cidadania e Res Publica: A Emergência dos Direitos Republicanos*, que eu considero inovador. Saí do governo convencido da razão fundamental por que os países em desenvolvimento, como o Brasil, não tiveram taxas de crescimento maiores do que as taxas dos países desenvolvidos e não convergiram para seus níveis de desenvolvimento, como a teoria econômica esperava: é a baixa qualidade da governança – da sociedade civil, das instituições, do aparelho do Estado e dos dirigentes políticos no governo. Não convergiram, ainda que lentamente, para os níveis de desenvolvimento dos países desenvolvidos, mas, ao contrário, cresceram a taxas menores, de forma que a brecha aumentou, não só em termos absolutos mas também em termos relativos. Cheguei à conclusão de que o motivo fundamental para isso não é tecnológico, não é econômico, é político. Político não no sentido vulgar – a clássica responsabilização dos políticos pelos nossos males –, mas no sentido de que a nossa governança, nosso nível de desenvolvimento político, é inferior ao dos países desenvolvidos. A nossa sociedade civil debate menos, e é menos coesa e integrada do que a sociedade civil dos países desenvolvidos. As nossas instituições são inferiores às instituições dos países desenvolvidos, e o nosso aparelho burocrático estatal é inferior aos dos países desenvolvidos. Nosso aparelho de Estado é menos eficiente e efetivo. Nossos governantes, menos representativos. Essas quatro instâncias constituem nossa governança.

Em consequência da insuficiência de governança, aprendemos menos com os nossos erros e os repetimos com frequência. Nas democracias avançadas os políticos e a sociedade também cometem erros, mas menos, porque as decisões que eles tomam saem depois de muita discussão: debate sério, respeitando o adversário, em vez de o desqualificar. Aqui no Brasil não existe debate público, mas desqualificação pública. Uns são neoliberais outros são neobobos, e está encerrado o debate.

■ *O senhor participou do desenvolvimento da pós-graduação na FGV de São Paulo?*

— A FGV de São Paulo tem uma história de pós-graduação longa, porque os professores americanos que fundaram a escola criaram uma espécie de curso de pós-graduação informal poucos anos depois de chegarem. Quem fundou a escola foi o Simões Lopes, em 1954, e a missão americana veio logo depois. Em 1959 foi criado um esboço de curso de pós-graduação, ministrado pelos próprios professores americanos; dois anos depois o professor Jairo Henriques coordenou o estabelecimento de um curso de pós-graduação a ser ministrado, afinal, por brasileiros. Fui professor desse curso em 1962, ensinando Diretrizes Administrativas. O curso, porém, não estava ainda bem definido. Em 1963, a escola decidiu fazer um programa mais definitivo, chamou o Gustavo de Sá e Silva para coordená-lo; eu já participei da sua formulação e me tornei vice-coordenador da pós-graduação. Criamos o Curso de Pós-Graduação em Administração de Empresas, que ficou conhecido pela sigla, CPG. Era uma espécie de MBA diurno e principalmente noturno. Gustavo depois viria a ser diretor da escola durante muitos anos.

Em 1964, tornei-me o coordenador da pós-graduação, e ocupei esta posição por oito anos. Em dezembro de 1965, propus – e a Congregação aceitou – que os alunos formados pelo CPG pudessem fazer três disciplinas adicionais avançadas e uma dissertação, e assim obtivessem o título de mestre. Quando fiz essa proposta, não tinha conhecimento do Parecer 977/65, de setembro de 1965, do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu as diretrizes para a pós-graduação no Brasil. A idéia de um mestrado era tão pioneira no Brasil que minha dúvida foi se o chamaria de “mestrado”, “master” ou “magister” em administração de empresas. O mestrado era um complemento do CPG. Era diurno e noturno. Diurno em tempo integral. O noturno se fazia em pelo menos três a quatro anos, e o diurno, em geral, em dois anos.

Em 1970, quando o governo federal lançou um Plano Nacional de Pós-Graduação, encarregando a Capes de administrá-lo, começou a crítica dentro da escola ao meu mestrado, porque era um mestrado profissional em administração de empresas, e se imaginou equivocadamente que mestrados deveriam ser sempre acadêmicos. Na verdade, o CPG era profissional e acadêmico: havia um curso profissional em que todos os que eram aprovados nas disciplinas com média geral 7 formavam-se em conjunto, e um complemento acadêmico, o mestrado. Juntava o profissional e o acadêmico. No meu entendimento, o mestrado em Administração de Empresas deve ser fundamentalmente profissional. Com o Pla-

no Nacional de Pós-Graduação, a Capes, puxando a favor de mestrados estritamente profissionais como etapa do doutorado (não obstante o Parecer 977/65 fosse claríssimo ao definir que se podia dispensar o mestrado e fazer direto o doutorado), começou uma batalha na FGV, que afinal constituiu-se em minha primeira grande derrota.

Meus colegas, ansiosos por atender às demandas burocráticas da Capes, se possível sendo mais realistas do que o rei, queriam separar o CPG em dois: um curso de especialização *lato sensu*, que se chamaria Curso de Especialização para Administradores Graduados (Ceag), e um mestrado acadêmico, “sério”, como se o meu não fosse. Uma imensa tolice da parte da escola, que perdia pouco a pouco o caráter revolucionário e pioneiro que a missão americana lhe imprimira. Em 1972 terminei meu mandato na coordenação do CPG, ao mesmo tempo em que o curso foi dividido em dois: criou-se o mestrado, diurno, acadêmico, e o CEAG substituiu o CPG noturno, com menos créditos, sem direito a chegar ao mestrado. Rebaixava-se, assim, a pós-graduação profissionalizante, indo contra toda a experiência das grandes escolas de administração de empresas americanas, nas quais o curso principal é sempre o MBA – o mestrado profissional em administração de empresas.

Desde o início dos anos 80 a Capes começou a mudar sua política “acadêmica” em relação aos mestrados, começando a admitir que fossem cursos finais, profissionalizantes, quando são cursos em áreas profissionais. Nós também começamos uma tímida transição nesse sentido, com a criação do MBA Executivo, que foi, inclusive, transformado em mestrado profissional reconhecido pela Capes – um *nonsense*. Há idéias de elevar o nível do Ceag, que deixaria de ser uma mera *cash cow* para ser um curso central na escola: um MBA/Ceag. Mas até agora não se avançou nessa direção óbvia, apesar do enorme sucesso que o Ceag tem, porque atende a uma demanda do mercado. Pelo contrário, está-se falando em reduzir novamente os créditos do curso, porque a concorrência de MBAs “picaretas” exige menos horas de aula dos alunos.

Também criei o mestrado e doutorado em Economia na FGV/SP, depois de uma longa batalha. Por muito tempo tínhamos apenas uma área de concentração em Economia de Empresas na pós-graduação de Administração de Empresas.

■ *O Ceag traz muitos recursos?*

— Bastante. O curso dura dois anos, à noite, tem cerca de 1.900 alunos cursando, e a relação de candidatos para vagas é de cinco. Até hoje é um bom curso. No antigo CPG havia muitos alunos vindos da graduação da FGV que que-

riam fazer a pós-graduação. Isso acabou. Como acabou a possibilidade de os alunos usarem os créditos para obter um título de mestre profissional. Mas nunca me conformei com isso. No início dos anos 80 surgiu um homem inteligente na educação brasileira, o Cláudio de Moura Castro, e teve início a crítica ao mestrado acadêmico como etapa necessária para o doutorado. Essa idéia do mestrado como etapa para o doutorado acadêmico era uma tolice monumental, que o Newton Sucupira, em seu Parecer 977/65, não cometeu. No meu entendimento, o curso estritamente acadêmico é o doutorado, e os mestrados são, em princípio, cursos profissionais finais. Podemos fazer mestrados acadêmicos e nos contentar com eles, ou então exigir que os alunos alonguem o tempo de doutorado para fazer antes o mestrado. Nos dois casos, isso é subdesenvolvimento. Para países muito pobres ou para regiões subdesenvolvidas, essa pode ser uma solução. Não é, porém, para o Brasil. O objetivo acadêmico deve ser formar doutores de alta qualidade, e o mestrado deve ser usado para formar profissionais. A comunidade acadêmica está aos poucos se dando conta disso. Por enquanto temos no Brasil temos um sistema de pós-graduação importante, mas essencialmente equivocado.

Enormes progressos aconteceram. O impulso inicial foi dado pelas verbas que a pós-graduação recebeu ainda no regime militar. Mas há dois erros fundamentais. Primeiro, essa idéia de etapas, que faz com que os candidatos a doutores no Brasil façam duas teses, uma de mestrado e uma tese propriamente dita de doutorado; para fazer essas duas teses demoram o dobro do tempo que o aluno americano. Não acredito que eles sejam mais inteligentes do que nós, mas desconfio que nós somos mais burros do que eles, do ponto de vista institucional, e não individual, ao requerermos duas etapas, quando uma é suficiente. O segundo erro, que eu não tive tempo de discutir na minha rápida passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo CNPq, está na distorção brutal imposta pelo estabelecimento de prazos rígidos para apresentar a tese, e pelo uso, pela Capes, dos critérios tempo e relação número de candidatos aceitos/número de doutorados concedidos, para avaliação dos cursos de pós-graduação. Sou a favor do prazo de quatro anos para bolsa, jamais para o término do doutorado. O uso dos dois critérios relacionados com o prazo leva a um produtivismo economicista imperdoável, que rebaixa o nível das teses e estende indevidamente o tempo de graduação. Estende e, em seguida, encurta, porque, quando está se esgotando o prazo, o candidato apresenta com freqüência um trabalho insatisfatório, e o orientador não tem praticamente alternativa senão aceitá-lo. Ou aceita como está ou o candidato perde tudo. Não pode fazer o que os orientadores nos Estados Unidos fazem sempre. Quando o trabalho não está bom ain-

da, dizem: “Volte daqui a seis meses” ou “Volte daqui a um ano”. Afinal, ou o candidato faz uma boa tese ou desiste.

▪ *É muito quantitativo.*

— Sem dúvida. Isso leva a uma distorção absoluta, leva a teses de má qualidade. E permite que as autoridades brasileiras na área de ciência levantem a bandeira dos 5 mil doutorados por ano. Uma bandeira que não faz sentido. O país que possui o melhor sistema universitário do mundo é os EUA, e nesse país não há prazo rígido para doutorado. Ninguém mede a qualidade da pós-graduação em Física de Colúmbia ou em Economia de Harvard pelo prazo de conclusão das teses, ou pela relação entre o número de teses aprovadas e o número de candidatos aceitos. Nesse sistema, o orientador tem o poder maior de exigir uma tese de boa qualidade.

Aqui, quando está próximo o fim do prazo, o aluno está com o trabalho que conseguiu fazer. Podemos pressioná-lo a fazer um pouco melhor, mas ficamos apenas com duas alternativas: aceitar que o candidato defenda a tese ou dizer que ele perdeu todo o seu tempo. O número de professores dispostos a adotar a segunda alternativa é pequeno. Certamente, se fosse nos EUA, o orientador amavelmente diria para seu orientado: “Está ficando boa sua tese, mas volta daqui a seis meses, porque acho que você pode melhorar”. Seis meses depois: “Está melhor, mas...”. E assim passam-se os anos, até que o candidato produza uma tese decente. Devemos ter teses equiparáveis às teses americanas, inglesas, francesas; não tese de segunda, como o nosso sistema institucional estimula. Não estou concluindo que todas as nossas teses são de segunda, mas que existem muitas teses desse tipo no Brasil. Isso decorre não apenas dos maus orientadores, mas do modelo louco imposto pela Capes e por seus comitês de avaliação, que obriga os bons orientadores a aceitar teses de segunda categoria.

▪ *Gostaríamos de ouvir um pouco sobre sua experiência no MCT e no CNPq. Primeiro o senhor poderia falar à vontade, depois aprofundaremos alguns temas.*

— O convite para o Ministério da Ciência e Tecnologia foi uma surpresa para mim, porque não estava solicitando nada, e imaginava que estava voltando para casa depois da gestão no Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare).

Eu tinha proposto que o Mare fosse fundido com o Planejamento, porque as idéias gerais da reforma haviam sido basicamente aceitas e as principais mu-

danças institucionais já haviam sido feitas, principalmente a reforma constitucional. Era preciso começar sua implementação, o que seria possível no Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem poder para tanto. Será sempre um processo gradual, levará anos, mas seria quase impossível ficando no Mare, um pequeno ministério sem poder – um ministério que foi interessante porque foi uma fábrica de idéias durante algum tempo.

O presidente me convidou para o Ministério de Ciência e Tecnologia, dizendo-me que achava que eu já havia cumprido minha missão no Mare. Considerei um desafio importante e aceitei.

Eu havia acompanhado, nos quatro anos anteriores, o conflito permanente entre o ministério e o CNPq, e aquilo não podia continuar. Sou a favor de que as universidades e os departamentos compitam entre si, mas não faz sentido que um órgão com poder de Estado como o Ministério da Ciência e Tecnologia compita com o principal órgão executor de suas políticas. Na reforma do Estado, separei muito bem as funções que têm poder de Estado das funções que não o têm e que devem ser competitivas. Ora, tanto o MCT quanto o CNPq têm poder de Estado e, portanto, devem trabalhar juntos, não em conflito. Foi isso que me levou à proposta de fazer não a integração das duas instituições, mas uma aproximação maior das duas – o CNPq responsável pela concessão de todos os benefícios e o ministério responsável pela formulação de políticas.

■ *Por que o CNPq e o ministério eram competitivos?*

— O CNPq é anterior ao MCT, e inicialmente todos os recursos estavam no CNPq. Aos poucos o ministério foi conseguindo recursos e, toda vez que conseguia um recurso adicional, criava um programa novo, como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), que concorria com o programa do CNPq. Assim as duas instituições faziam as mesmas coisas, ou muito parecidas, duplicando as funções. Havia várias agências de fomento dentro do MCT além do CNPq. Este era bem estruturado, bem organizado, uma bela organização, enquanto o MCT era uma confusão. E havia ainda a Finep, que também distribuía benefícios ou auxílios. Então era preciso dar um mínimo de racionalidade para isso, o que, a meu ver, implicava criar as três vice-presidências no CNPq, para as três áreas, e torná-las responsáveis pela concessão de todos os auxílios e bolsas. Havia a idéia de que o MCT formulava a política e o CNPq a executava, mas isso era falso: o CNPq formulava muita política, e tinha de formular. Então eu disse: “Vamos acabar com essa ficção, o CNPq vai formular política nas três áreas, mas vai formular como parte integrada ao mi-

nistério”. Por isso propus aproximá-los estreitamente, e a forma que encontrei foi acumular durante algum tempo a presidência das duas instituições.

Não pretendia que essa acumulação fosse permanente. Não obstante, houve alguma reação inicial, porque algumas pessoas pensaram que eu queria acabar com o CNPq. Absolutamente, queria fortalecê-lo. Quando saí do ministério, já não havia mais reação. Eu estabelecera um sistema de rodízio de seis meses entre os três vice-presidentes – Evando Mirra foi o primeiro a ocupar essa posição – e me preparava para transformar esse rodízio em um sistema estatutário, em que os vice-presidentes ocupassem realmente a presidência durante seis meses, e não se limitassem a atuar como presidentes, sendo eu o presidente estatutário. Estou convencido de que o rodízio é uma forma democrática muito adequada para o preenchimento de muitos cargos a cujos ocupantes não se queira dar poder excessivo.

Nos seis meses que fiquei no MCT e no CNPq, desenvolvi uma excelente relação com uma comunidade científica que não conhecia bem, embora tivesse atuado na área de pós-graduação. Essa atividade, porém, ficou restrita à FGV. Eu nunca fui membro ativo da comunidade, somente participava das reuniões da SBPC. Quando, ao assumir a presidência do CNPq, disseram que eu estava ignorando a diferença entre Estado e governo, felizmente eu havia escrito um artigo na *Folha de S. Paulo*, em 1977, *Estado e Governo*, para defender a SBPC e protestar contra a confusão que o governo autoritário estava fazendo entre governo e Estado. Escrevi esse artigo quando houve aquela grande crise entre o governo e a SBPC em torno da reunião anual que deveria ter sido em Fortaleza, mas o governo retirou o apoio financeiro à SBPC porque nas reuniões anuais havia ataques ao governo.

▪ *Quem eram os três vice-presidentes?*

— Evando Mirra, Fernando Reinach e Denis Rosenfield, respectivamente para as ciências físicas, biológicas e humanas. Eu tinha estabelecido que eles exerceriam a presidência de forma rotativa, a cada seis meses. Essa prática estava implantada informalmente, mas queria formalizar esse processo. Era o Evando quem estava exercendo a presidência quando saí.

▪ *Que tipo de problema o senhor encontrou no CNPq além disso?*

— Em minha vida acadêmica, política e administrativa sempre procurei fazer as coisas que me divertem, além de serem úteis para o país. Talvez a coisa mais divertida ou que mais me deu prazer no CNPq foi o Currículo Lattes. Quando

cheguei ao ministério, percebi que o CNPq tinha um currículo e o PADCT tinha outro. Ambos competitivos! Além disso, a Capes exigia que os pesquisadores preenchessem outro currículo; a Finep, outro ainda; e, nos Estados, cada fundação de apoio, a começar pela FAPESP, tinha seu currículo. Um absurdo. Uma violência contra os pesquisadores. Chamei os interessados e disse: “Nós vamos ter um currículo único dentro do MCT, que vamos tentar vender para a Capes, de forma que será único para o governo federal. Esse currículo terá como base o que está sendo desenvolvido pelo CNPq, mas a parte do exame de propostas terá como base o que já existe no PADCT. O CNPq é que vai administrar o novo currículo, e vamos arranjar um nome que não vai ser nem o nome do currículo do CNPq nem o nome do PADCT. Temos de encontrar um novo nome”. Aí passei a ouvir sugestões e propus que fosse Lattes, em homenagem ao grande cientista brasileiro. Foi mais fácil aceitar o novo nome do que aceitar a fusão dos currículos, que depois todos aceitaram, inclusive a Capes e a FAPESP. Nos seis meses que estive lá, foi a coisa mais bem-sucedida que fiz.

Também começamos com os Fundos Setoriais, que o meu excelente secretário-executivo, Carlos Pacheco, continua administrando. Estávamos trabalhando ativamente na montagem desses fundos quando saí. Não houve perda com minha demissão. O ministério está sendo muito bem administrado pelo Ronaldo Sardenberg e pelo Pacheco.

▪ *Qual a idéia por trás desse rodízio dos três vice-presidentes?*

— Acredito que, quando temos um cargo a que não queremos dar excessiva força burocrático-administrativa, a melhor forma é o rodízio. O rodízio era utilizado nas repúblicas italianas dos séculos XIII e XIV e é usado na Suíça, onde, a cada ano, um dos oito ministros é o chefe do Executivo. É usado na Comunidade Européia, cujo presidente – um dos chefes de Estado dos países membros – roda a cada seis meses. Também no Departamento de Economia da FGV eu estabeleci há 20 anos esse sistema para preenchimento da chefia, embora formalmente deva haver eleições. Resultado: nunca houve briga.

Como era fundamental que não houvesse conflito entre o ministro e a presidência do CNPq, o rodízio resolvia esse problema. Claro que o Evando também está resolvendo como presidente atual, porque é uma pessoa agradável e hábil no relacionamento, de forma que é fácil trabalhar com ele. Mas, quando construímos instituições, não podemos depender de pessoas. O Evando pode se dar muito bem com o Sardenberg, mas amanhã um outro presidente pode dar trabalho, ainda mais porque dei muito poder ao CNPq, já que minha refor-

ma concentrou no CNPq o poder de distribuir benefícios. Todo o fomento e as bolsas, que estavam divididas entre o MCT, a Finep e o próprio CNPq, ficaram de responsabilidade deste último.

■ *Como ministro desse setor, qual lhe parece a política conveniente para que a ciência e a tecnologia tenham um papel mais importante na questão do desenvolvimento brasileiro?*

— Aqui há dois problemas. Existe o CNPq, que financia fundamentalmente a ciência e pouco a tecnologia, e que é muito bem montado. Foi baseado em uma experiência internacional, e vem sendo há 50 anos bem cuidado pelos cientistas brasileiros, que fiscalizam o que os ministros e os presidentes fazem. Nesse campo não haveria grandes mudanças a serem feitas além daquelas mencionadas.

A idéia de fazer uma política de fomento direcionada é perigosa. Defendi a posição clássica do CNPq de que os cientistas devem ser respeitados em sua liberdade de fazer as próprias pesquisas, e que são seus pares que irão dar seu aval. Fiz absoluta questão de prestigiar esse sistema, porque freqüentemente vinham argumentos tecnocráticos do tipo: “Não, isso não pode continuar assim; é preciso direcionar a pesquisa para o desenvolvimento econômico”. Fechei questão em torno disso.

Mas, ao mesmo tempo, é necessário que o governo priorize algumas áreas, especialmente no setor tecnológico. E que áreas deveriam ser essas? Aí comecei a formular os dois critérios que seriam fundamentais para orientar o trabalho do governo federal na área de ciência e tecnologia (C&T). Um critério óbvio é o de investir nas áreas de medicina e agricultura tropical, já que não existe lá fora o desenvolvimento de que precisamos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) faz isso muito bem na área da agricultura. Na medicina há, por exemplo, o grande trabalho realizado na pesquisa contra a malária em Rondônia, que eu queria fortalecer. O outro critério, menos óbvio, é o de que só vale a pena intervir nas áreas de tecnologia de ponta: e não interessa ao governo, ao MCT, ao CNPq, à Finep tecnologias que não sejam de ponta ou dinâmicas. É nesses setores que está havendo inovações lá fora. Se não participarmos desse processo de inovação, ficaremos para trás. Em contrapartida, investir em um setor que está meio parado tecnologicamente não é racional. Esses setores são amplos e variados, como a siderurgia, que teve um desenvolvimento importante há 20 anos, e depois parece que não teve grandes novidades. Se a Gerdau quiser gastar dinheiro na tecnologia do aço, tem de gastar. Claro! O problema é dela, e ela tem de competir com os outros. Mas

o governo não vai gastar dinheiro nessa área, porque o retorno será muito pequeno, já que os avanços são muito pequenos. O governo tem de trabalhar na margem, dentro da filosofia expressa na frase “*nothing succeeds like success*”. É aí que conseguimos retorno. Ou conseguimos participar das inovações ou ficamos atrasados.

▪ *Isso tem ligação com a idéia dos Fundos Setoriais?*

— Os Fundos Setoriais tinham uma vinculação, um com a área do petróleo, outro com a de energia, outro com as comunicações, etc., e eu tinha de aproveitar isso. Mas também esperávamos ter um certo grau de liberdade para podermos fazer escolha, e o critério seria este: entre as coisas ligadas ao petróleo, o que está avançando no mundo? Quem não estiver interessado nas coisas de ponta, está fora.

▪ *E o senhor levou a idéia de organizações sociais para o CNPq?*

— Eu propus aos institutos de pesquisa do CNPq que eles se transformassem em organizações sociais, mas disse que não ia forçar ninguém. Lembro-me bem de uma reunião solene no Rio de Janeiro, em que foram todos os diretores de institutos, e eu disse: “Não vou forçar, mas acho que é melhor vocês caminharem nesta direção. Acho que os primeiros a adotarem devem ser os melhores centros, os mais reconhecidos”. O Síncrotron já havia se transformado antes de eu chegar ao MCT, e quem se mostrou mais interessado em seguir a mesma linha foi o Jacob Palis, que é um líder na área de C&T. Por isso o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) foi transformado em organização social. Não sei como anda a idéia de novas transformações. Há sempre muito medo nessa área, o que não faz sentido, porque as organizações sociais não mudam o estatuto dos pesquisadores, que são hoje funcionários e continuarão funcionários públicos até se aposentar.

Eles têm medo que depois da transformação em organização social o Estado reduza o seu compromisso com a instituição. Por isso, era importante que as primeiras transformações se dessem nos melhores institutos. Assim como propus às universidades, que, primeiro, fossem transformadas em organização social as federais do Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. A Universidade de Brasília estava muito interessada em se transformar em organização social porque o Darcy Ribeiro a criou como tal. E por que estava preocupado com isso? Por que acho fundamental a transformação de universidades

e institutos de pesquisa em organizações sociais? Porque esta é a única forma de lhes garantir a autonomia e a flexibilidade administrativa necessárias para serem competitivos e alcançarem excelência. Com frequência a organização social é entendida equivocadamente por economistas do governo, que a apóiam pensando que é uma forma de o governo gastar menos e de reduzir a responsabilidade do Estado em relação àquela atividade. Mas não é essa a idéia. A responsabilidade que o Estado tem sobre uma área é uma questão política democrática. O governo gasta em ciência *x* e não *y* porque é uma decisão política, tomada pelo Parlamento quando decide o orçamento. Claro que é uma decisão que tem uma inércia, mas é tomada politicamente, dadas as prioridades que a sociedade civil, o Executivo, os deputados e senadores dão a isso ou aquilo. Isso vale também para os institutos de pesquisa. Receberão mais apoio aqueles que a sociedade julgar democraticamente mais necessários.

A idéia de organização social é de que a instituição passe a ser mais autônoma e saiba usar com mais eficiência e melhor os recursos que recebe. Ela deve, em princípio, continuar a receber os mesmos recursos, senão mais, porque o princípio fundamental da boa aplicação de recursos públicos é o de colocar “dinheiro bom em cima de dinheiro bom”. Se uma instituição está fazendo um péssimo serviço, é ineficiente e não produz nada, não vou pôr mais dinheiro nela. Em contrapartida, se tenho uma instituição que se tornou organização social, e por isso tornou-se mais dinâmica e mais produtiva, vou pôr mais dinheiro nela, porque o dinheiro público vai render mais.

Render mais não é render lucro, é render para a sociedade. Acho que a transformação das instituições de pesquisa e ensino superior em organizações sociais é inevitável e vai acontecer de várias maneiras. Por exemplo, podemos continuar a resistir irracionalmente em transformar a universidade em organizações sociais especiais – deveria haver uma lei especial para elas –, mas o governo resolveu que não contrata mais ninguém para as universidades como funcionário estatutário: quer contratá-los como “celetistas”. Estamos caminhando na direção das organizações sociais, mas de um outro jeito, que não é o melhor jeito. Muito mais lógico é manter uma instituição bem estruturada e organizada, com autonomia, e com suas verbas, como propõe o sistema das organizações sociais. Essas instituições não vão contar com beneficência ou filantropia, nem se transformar em prestadoras de serviços semelhantes a empresas privadas. Isso é uma bobagem. Os institutos de pesquisa e as universidades devem ser fundamentalmente financiados pelo Estado: doações, taxas pagas pelos alunos que podem pagar e outras receitas devem ser sempre marginais na universidade pública não-estatal.

Sou a favor da formação universitária paga, enquanto sou radicalmente contra qualquer tipo de pagamento no ensino fundamental. No sistema universitário o modelo deve ser pago, porque dá retorno para quem faz, mas, ao mesmo tempo, deve haver disponibilidade grande de bolsas de estudo. Ao contrário do que acontece com o ensino fundamental, curso superior é uma coisa que nem todos devem fazer, só os mais competentes. Podemos ter um pouco de receita, que pode chegar a 30%, não sei se chega a isso, em física seria menos, mas em administração seria mais. Quer dizer, na média, pode chegar aos 30%.

Logo, a organização social não é uma forma de diminuir a responsabilidade do Estado pelo ensino e a pesquisa: é uma forma de fazer com que os recursos do Estado e da sociedade sejam mais bem utilizados, de forma mais autônoma e mais responsável.

▪ *Qual a idéia que permeava a passagem dos institutos do CNPq para o MCT?*

— Não havia sentido ficarem no CNPq. O CNPq tem de tratar aqueles institutos como trata as universidades: conceder bolsas a seus pesquisadores e a seus alunos. Havia conflito de interesses. No mundo dos negócios, se gerimos fundos de ações ou de renda fixa, e temos recursos próprios que também aplicamos separadamente dos fundos, surge o conflito de interesses: eu posso aproveitar as boas oportunidades eventualmente limitadas para fazer minhas próprias aplicações, em vez de aproveitá-las para administrar os fundos que administro em nome de terceiros. Isso é inaceitável moralmente. Também o CNPq não podia julgar com isenção dois pedidos de bolsa ou de fomento, se um provinha de um instituto a ele integrado e o outro não.

▪ *Comenta-se que os melhores institutos foram para o MCT.*

— Existiam algumas instituições que estavam superadas. Aquele Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) era uma coisa sem sentido. Precisava de ampla reformulação. Havia outros, que eram simpáticos como centros de pesquisa, mas que estavam em áreas que tinham perdido a dinâmica. Outros só atingiam problemas locais, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Mas procurei apoiá-los o máximo possível, afinal eram os meus filhos mais próximos.

▪ *Tomando o ponto de vista dos pesquisadores e cientistas, notamos que na gestão do doutor Israel Vargas no MCT o financiamento para a pesquisa em ciên-*

cia e tecnologia caiu bastante, e isso começou justamente no governo FHC. O senhor achou que seria possível reverter esse quadro?

— Devíamos gerar alternativas para conseguir mais recursos. Com as privatizações estavam surgindo os fundos, e resolvemos que seria principalmente por meio dessa estratégia que tentaríamos reverter essa tendência. Mas também apoiei a redução que tinha ocorrido no número de doutorados no exterior, porque, por exemplo, nas áreas de ciências sociais eles estudam coisas que não são relevantes para nós, ao contrário do que acontece com as ciências físicas. E, mesmo nessas áreas, se tenho os cursos de doutorado aqui no Brasil, por que vou pagar para eles irem para fora? Mas sou 100% a favor de bolsa de pós-doutorado e de bolsa-sanduíche no exterior. A bolsa de pós-doutorado logo após o doutorado, porque depois de dez anos não tenho muito entusiasmo, transforma-se freqüentemente em passeio. Dos meus candidatos a doutor na FGV, cinco tiveram bolsas-sanduíche: três nos EUA, um na Inglaterra e um na França. Minha política era fortalecer essas duas formas, a bolsa-sanduíche e o pós-doutorado, e continuar dificultando o doutorado no exterior. Não queria acabar com as bolsas de doutorado no exterior – tínhamos 80 bolsas e devíamos continuar mantendo-as –, mas não queria aumentá-las. Não tive, entretanto, como discutir melhor esse assunto com a comunidade científica.

Uma outra coisa que defendi com força foi a cooperação internacional, e nessa esfera o que me interessava eram as pesquisas conjuntas. Eu daria prioridade a um grupo brasileiro que se decidisse a pesquisar junto com um grupo alemão, francês ou argentino, não importa. Nossos pesquisadores financiados por nós, os deles por eles mesmos. Outra coisa que defini como política – exceto para a Amazônia e o meio ambiente – é que o Brasil não estava interessado em recursos gratuitos do exterior. Não ia perder meu tempo e minha dignidade pedindo recursos, porque o Brasil tem dinheiro para fazer suas próprias pesquisas. Por que abri exceção para a Amazônia e o meio ambiente? Porque eles têm interesse direto no assunto. Se não vou fazer nenhuma concessão em troca de seu apoio, tudo bem. Em princípio, de graça não queria nada. Não paga a pena.

Uma das últimas coisas que fiz no ministério foi participar do Congresso Mundial da Ciência em Budapeste, em junho de 1999, e nessa reunião fiz um discurso que denominei *Em Defesa da Ciência*. Fiz uma defesa da autonomia do cientista e do respeito que o cientista merece.

Nessa ocasião, o ministro parlamentar de Ciência e Tecnologia da Alemanha pediu uma reunião comigo. Um alemão muito agradável, bem informado sobre a cooperação Brasil–Alemanha, que, aliás, é a mais importante para o Bra-

sil, muito mais que a cooperação com os EUA. Fomos conversando até que eu disse: “Uma coisa que acho importante nessa cooperação é que nós financiamos nossas pesquisas e vocês financiam as suas; e quem sabe se dessa cooperação não sai um Prêmio Nobel?” O alemão tomou um susto. Mas é claro que eu estava pensando em Prêmio Nobel. Não se faz física aqui no Brasil para fazer física de segunda, mas para fazer física de ponta. E isso vale para as demais ciências. Podemos e devemos ensinar, isso é outra coisa, usar livros-textos atualizados para ensinar as bases, fazer divulgação, mas pesquisa, para mim, ou é competitiva internacionalmente ou não interessa. Continuamos a conversa e, quando chegou ao final, ele me disse: “E, quanto àquela idéia de centros de excelência, eu acho uma boa idéia”. O alemão digeriu todo o processo, um homem inteligente, e percebeu a viabilidade.

■ *A partir de seus estudos sobre a origem do empresariado, é possível identificar o interesse desse setor pela pesquisa e sua disposição em financiá-la no Brasil?*

— Pela pesquisa básica o empresariado não tem nenhum interesse. Pesquisa básica é para o Estado financiar e ponto final. Mas na pesquisa tecnológica acho que os nossos empresários têm agido de uma maneira míope. O pressuposto da teoria econômica é que os agentes econômicos são racionais e que maximizam os seus interesses. Acho que em vários casos eles não fizeram isso, por não investir mais em tecnologia. Os empresários também pensam que tecnologia deve ser copiada, mais do que ser desenvolvida aqui. Isso é verdade, mas em termos: nós também podemos e devemos inovar em determinadas áreas tecnológicas. O papel fundamental da ciência e tecnologia é formar engenheiros e técnicos nas universidades capazes de rapidamente entender o que está sendo feito no exterior e copiar, se possível não pagando patente. Se for pura cópia, pague-se a patente. Então sou contra o desenvolvimento tecnológico? De forma alguma. Sou a favor de que nas áreas de ponta o governo deva investir, e, se uma indústria também está nessa área de ponta, ela vai ter de participar para ter benefício nisso. E todas as empresas, das áreas de ponta ou não, devem investir em tecnologia para se manter atualizadas. São poucos os empresários industriais que chegaram perto disso no Brasil e que permaneceram na ponta. Infelizmente, muitas dessas indústrias foram vendidas nos últimos anos, no processo de desnacionalização violento que houve na economia brasileira. Muita gente acha que isso ocorreu por causa da abertura comercial, mas a verdadeira causa foi a desvalorização cambial que aconteceu nos primeiros quatro anos do governo FHC. Isso, mais todos os períodos de inflação anteriores, desgastou muito a nossa indústria.

O Brasil vive semi-estagnado há 20 anos. Entre 1950 e 1980 o Brasil cresceu à taxa de 3,9% *per capita*, que era uma taxa sensacional, enquanto os países desenvolvidos cresciam à taxa de 3,5%. De 1980 para cá eles baixaram sua taxa de crescimento para 2,5% e nós para 0,7%. Esse processo aconteceu com um desgaste enorme da nossa indústria, acompanhado da desnacionalização. Tudo isso foi decorrência de má governança, de decisões erradas de política econômica, como a decisão de não ajustar a economia e continuar se endividando nos anos 70, depois da primeira crise do petróleo; como a valorização do câmbio de forma irresponsável em 1979-80, e em 1994-98; como a adoção do Plano Cruzado de forma populista; como a formulação do Plano Collor em 1990 de uma forma absolutamente equivocada do ponto de vista econômico, ainda que corajosa; como a elevação e manutenção das taxas de juros em níveis altíssimos desde 1988 até hoje. São equívocos monumentais que cometemos e que nos custaram essa quase-estagnação dos últimos 20 anos. Por isso, aprender com os erros e ter melhor governança são coisas fundamentais. Todos sofrem com isso, e a ciência e a tecnologia sofreram juntas, ninguém escapou dessa quase-estagnação. Escrevi sobre isso em Oxford, em 1999: *Incompetência e 'Confidence Building' por trás de 20 Anos de Quase-Estagnação na América Latina*.

■ *Quando o senhor esteve no ministério e no CNPq, lançou algum programa ou projeto?*

— Não me lembro de ter lançado projeto importante. Fiz reformas importantes e concentrei minha atenção nos novos fundos. Quando cheguei ao ministério não tinha uma convicção muito clara. Disse, várias vezes que, enquanto no Ministério da Administração Federal estava envolvido em uma reforma fundamental do Estado e da administração pública, no MCT e no CNPq não havia uma grande revolução a ser feita. O setor havia sido bem cuidado pelos próprios cientistas. A reorganização visava a tornar mais racional a concessão dos apoios às pesquisas e reduzir os conflitos administrativos. A maior mudança relacionou-se aos fundos, para aproveitar aquela fonte de financiamento que estava surgindo.

■ *Como era pensada a relação da Finep com o MCT?*

— Eu venci uma batalha importante, que foi conseguir substituir o presidente da Finep, o Lourival Mônaco, que já estava lá havia oito anos, pelo Mauro Marcondes Rodrigues, um economista brilhante, jovem, que tinha sido assessor do

José Serra e trabalhado no Banco Mundial. Quando viram que eu estava indicando um novo presidente para a Finep, houve grandes pressões para que o substituto tivesse origem política. O Fernando Henrique resistiu a todas as pressões. Houve a integração do ministério com a Finep e o CNPq, inclusive porque montei um sistema segundo o qual os recursos – e havia uma área de recursos especiais de fomento que a Finep administrava – foram para o ministério, mais especificamente para a Secretaria Executiva do Carlos Pacheco, que passou a controlá-la, enquanto a Finep ia fazer a atividade bancária que lhe era própria.

▪ *Qual foi sua política em relação aos alimentos transgênicos?*

— É uma coisa importante falar sobre os alimentos transgênicos. Cheguei ao ministério no momento em que essa questão estava se tornando um grande problema público. E consultei meu vice-presidente, o Fernando Reinach, um notável biólogo que liderou o Projeto Genoma de São Paulo, sobre isso. Ele disse: “Os cientistas de um modo geral acham que deve ser estudado caso a caso, etc. Temos uma comissão criada por lei recente, sediada aqui no ministério, que cuida de verificar a segurança dos alimentos transgênicos; é formada metade por cientistas, metade por técnicos do governo, que na maioria são cientistas também”. Então reuni a comissão e eles me disseram que estavam tranquilos em relação às decisões tomadas. Logo, decidi defender as decisões da Comissão de Biotecnologia, e parti para o debate, como gosto de fazer.

Sempre lembro uma conversa que tive com a Marilena Lazarini, que é uma velha amiga e presidente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), onde, aliás, faz um belo trabalho. Ela me disse: “Sou contra os transgênicos e a favor da rotulagem”. Contestei: “Rotulagem sou a favor também, defendi isso firmemente, mas, quanto aos transgênicos, se você não entende, e se os cientistas, que entendem, dizem que não são contra os transgênicos genericamente, como você pode ser contra?”. Depois disso continuei pensando no assunto e cheguei à conclusão de que a Marilena tinha o direito de brigar. O avanço de uma democracia consiste exatamente em delegar aos técnicos e cientistas a solução de problemas complexos, mas é uma delegação condicional e provisória. Não podemos impedir o debate em hipótese alguma, nem na sociedade nem no Congresso, porque é o Congresso que delega aos cientistas certas decisões, mas estes têm de tomá-las provisoriamente, porque os cientistas não são donos da verdade.

Na FGV dou um curso de metodologia científica para economistas. Não prego o relativismo, mas uma atitude cética em relação às nossas próprias verdades. Além disso, prego o debate público para se chegar a consensos ou a quase-

consensos. Logo, devo dizer: “Marilena, brigue, debata o quanto quiser, vamos brigar juntos, você contra e eu a favor”. Esta é a dialética da democracia.

▪ *O senhor poderia falar sobre aquela polêmica com os cientistas do Nordeste?*

— Há o *Jornal da Ciência* da SBPC, para o qual dei uma entrevista. Nela o editor transcreveu de forma totalmente errada uma frase, que tornava minha posição ofensiva. Nunca havia dito aquilo, como o próprio jornal reconheceu após verificar a gravação. Mas é verdade que falei algo descuidadamente a respeito do Nordeste. Eu tive um pouco de culpa na história. Em função do erro de transcrição e da minha imprecisão, começaram os protestos. Tive algum trabalho para explicar que houve um erro factual que até foi reconhecido pelo próprio jornal. Mesmo assim, fui a Pernambuco com o vice-presidente Marco Maciel, um notável político, e a coisa já estava sendo resolvida quando fui demitido pelo meu amigo Fernando Henrique Cardoso.

▪ *Como foi a sua demissão?*

— No começo de julho, o presidente vinha da crise da desvalorização, e em maio ele me disse que precisaria fazer uma reforma. Mas nunca me passou pela cabeça que eu faria parte da reforma, seja porque achava que vinha fazendo um trabalho bem feito, seja porque tinha uma relação de amizade com o presidente. Não tinha pedido nada, e ele me havia confiado aquele trabalho. Acho que as dificuldades que sempre provoço quando começo um novo trabalho são naturais, mas estava me dando muito bem com a SBPC, tinha excelentes relações com os cientistas que pude contatar e o problema do Nordeste estava contornado. Quando chegou na semana anterior ao dia em que o presidente anunciaria a reforma, começaram a dizer que eu estaria incluído nela. Não acreditei inicialmente, mas, quando se insistiu em que estava incluído, fiquei surpreso, mas não fiz nada. Não estava no Ministério por favor. O presidente ia falar à nação comunicando a sua reforma ministerial ao meio-dia de uma sexta-feira. Às 11h30 desse dia ele me chamou pelo telefone. Foi no dia em que morreu o André Franco Montoro. Naquela manhã eu havia escrito um artigo em sua homenagem. Reuni meus principais assessores e secretários às 10 horas para fazer uma homenagem ao Montoro. Quando acabou a homenagem, veio o telefonema da Presidência.

O presidente me disse que estava havendo uma reformulação no ministério e que gostaria de juntar o Ministério Especial de Assuntos Estratégicos, onde estava o Sardenberg, com o MCT, e que, portanto, precisaria do meu cargo. “Tudo

bem, presidente, embora não veja muita razão para isso: os dois ministérios estão bem coordenados e a economia que se pode tirar de sua fusão é mínima". Ao que ele respondeu: "Luiz Carlos, você não quer deixar para depois a decisão sobre esse assunto?" Minha resposta: "Não, presidente, se o senhor quer tomar uma decisão sobre esse assunto, tome hoje". Ele continuou: "Na verdade estou com um problema político, a bancada do PSDB está querendo espaço no ministério, e talvez eu precise dar esse cargo para o Goldman". Minha resposta: "Esse é um bom deputado, é um homem competente, e, se a razão é política, tudo bem". Aí ele insistiu: "Mas você não quer deixar essa decisão para mais tarde?" Não hesitei na resposta: "Não, presidente, se o senhor quer tomar alguma decisão a esse respeito, tome hoje". Ou seja, se, em qualquer uma das duas vezes que ele me perguntou, eu dissesse que gostaria de ficar, provavelmente estaria lá até hoje. Mas nunca fiquei em lugar algum de favor. Isso para mim é impensável, inaceitável. Eu estou em alguma posição se sou desejado; senão, saio.